

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL****TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL****PROCESSO
ÓRGÃO DE****Nº 2477/00-e****ORIGEM:****Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF****ASSUNTO:****Admissão de Pessoal****EMENTA:**

Exame da legalidade, para fins de registro, de admissões havidas por decisão judicial no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia) da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, decorrente do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE.

Decisão ORD nº 3537/17 (peça 197), prolatada na SO nº 4971, de 25.07.17: diligência para acompanhamento de ações judiciais. **Decisão ORD nº 637/20** (peça 205), exarada na SO nº 5198, de 05.03.20: pelo conhecimento de documentos e pela determinação à PCDF para que, no prazo fixado no **decisum**, remeta a este Tribunal informações sobre a situação do servidor **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR** (hoje aposentado no cargo de Agente Policial de Custódia, da Carreira da PCDF, admitido em decorrência do Ed. nº 1/98-PC-AGP/CESPE (DODF de 23.09.98), especialmente em razão do acórdão proferido pelo e. TJDF nos autos do MS TJDF nº 2011.00.2.020835-5, mantido pelo Excelso STF mediante decisão exarada nos autos do RE nº 1.050.340-DF, que transitou em julgado em 08.03.18, bem como à d. PGDF que mantenha em acompanhamento as ações judiciais movidas por **ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES** (MS TJDF nº 2011.00.2.020841-6) e por **VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE** (Proc. TJDF nº 2010.01.1.062245-6), Agentes Policiais de Custódia, da Carreira da PCDF, admitidas em decorrência do Ed. nº 1/98-PC-AGP/CESPE, até o seu trânsito em julgado, oportunidade em que deverá orientar a PCDF de como deve proceder, encaminhando suas conclusões a este Tribunal. **Ofício nº 10/2020 – PCDF/DGPC/ASS/SCD** (peça 232), de 03.07.20, e seus anexos (peça 233-238), documentos encaminhados pela PCDF, que relacionam o presente processo ao do GDF nº 00052-00004761/2020-50, bem como noticiam o encaminhamento do assunto ao Exmo. Governador do DF (sugestão para o envio à CJDF), para, caso assim entenda, anulação da investidura precária no cargo público de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), da carreira da PCDF, de **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR**, com a consequente insubsistência da aposentadoria deste, e, no tocante às servidoras **ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES** e **VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE**, pela sugestão, ainda, para que se aguarde o trânsito em julgado dos recursos delas. **Ofício nº 826/2020 – PGDF/GAB** (peça 239), de 31.08.20: informa o trânsito em julgado do Proc. TJDF nº 0025560-23.2010.8.07.0001-PJ-e, relativo a **VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE** **Requerimento de VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE** (peça 240), de 14.09.20: notícia o trânsito em julgado do RE nº 1.200.469-DF (Proc. TJDF nº 0025560-23.2010.8.07.0001-PJ-e), requerendo o deslinde do feito e a apreciação da sua aposentadoria, conforme **Ato SIRAC nº 025855-0**. **Decisão ORD nº 4976/20** (peça 246), prolatada na SO nº 5235, de 18.11.20: pelo conhecimento de documentos, pelo conhecimento do trânsito em julgado no Processo TJDF nº 0025560-23.2010.8.07.0001-PJ-e (consoante Enunciado nº 20 das Súmulas de Jurisprudência deste TCDF), autorizando o registro da admissão de **VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE**, no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), da Carreira de PCDF, decorrente do concurso público regulado pelo Ed. nº 1/98-PC-AGP/CESPE (DODF de 23.09.98), por guardar conformidade com a decisão judicial que lhe deu causa, já passada em julgado, pela determinação à PGDF que mantenha o devido acompanhamento do MS TJDF nº 2011.00.2.020841-6, impetrado por **ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES**, admitida **sub judice** no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), da Carreira da PCDF, decorrente do concurso público regulado pelo Ed. nº 1/98-PC-AGP/CESPE, até seu trânsito em julgado, oportunidade em que deverá comunicar a PCDF e este Tribunal sobre o desfecho da demanda para fins de apreciação da legalidade da admissão, pela determinação à PCDF para que, no prazo fixado, em relação a **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR**, admitido **sub judice** no cargo de Agente Penitenciário (atual cargo de Agente Policial de Custódia), da Carreira da PCDF, decorrente do Ed. nº 1/98-PC-AGP/CESPE (DODF de 23.09.98), forneça esclarecimentos sobre a atual situação funcional do servidor, tendo em conta o deslinde do MS TJDF nº 2011.00.2.020835-5, e para que a jurisdicionada notifique previamente o servidor para apresentar as razões de defesa que julgar pertinentes, ante a possibilidade deste Tribunal considerar ilegal a sua admissão.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Ofício nº 961/2020 – PCDF/DGPC/ASS e anexos (peças 256 – 276). **Ofício nº 230/2021 – PCDF/DGPC/ASS e anexos** (peças 277 – 280), de 05.04.21, especialmente o **Ofício nº 011439/2021 – GEAD/UEG/GAB** (peça 278 – PGDF), de 27.03.21.

Admissão de pessoal. Mandados de Segurança. Perda de objeto. Acompanhamento.

Senhor Diretor,

Cuidam os autos do exame da legalidade, para fins de registro, de admissões havidas por decisão judicial no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia) da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, decorrente do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE, nos termos da ementa.

2. Assim, por uma maior clareza processual, cumpre transcrever o inteiro teor da sobredita **Decisão ORD nº 4976/20** (peça 246), proferida na SO nº 5235, de 18.11.20, última exarada nos autos em apreço, vazada nos termos abaixo reproduzidos, **verbis**:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, **decidiu**: I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 10/2020 – PCDF/DGPC/ASS/SCD (peça 232) e seus anexos (peça 233-238), documentos estes encaminhados pela Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF; b) do Ofício nº 826/2020 – PGDF/GAB (peça 239), carreado aos autos pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF, sendo que todos os documentos retro objetivam atender à Decisão nº 637/20; e c) do requerimento da servidora VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE (peça 240), datado de 14.09.20, que ora noticia o trânsito em julgado do RE STF nº 1.200.469-DF (ref. ao Processo TJDF/PJ-e nº 0025560-23.2010.8.07.0001); II – em consonância com o Enunciado nº 20 das Súmulas de Jurisprudência deste TCDF, tomar conhecimento do trânsito em julgado da ação judicial e autorizar o registro da admissão da servidora VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE, no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, decorrente do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998, por guardar conformidade com a decisão judicial que lhe deu causa, já passada em julgado; III – determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF que mantenha o devido acompanhamento do Mandado de Segurança TJDF nº 2011.00.2.020841-6, impetrado pela servidora ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES, admitida sub judice no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, decorrente do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998, até o respectivo trânsito em julgado da lide, oportunidade em que deverá comunicar a PCDF e este Tribunal sobre o desfecho da demanda judicial para fins de apreciação da legalidade da admissão em exame; IV – determinar à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF que, em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, em relação ao servidor ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR, admitido sub judice no cargo de Agente Penitenciário (atual cargo de Agente Policial de Custódia), da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF, decorrente do Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.1998: a) esclareça a atual situação funcional do servidor, tendo em conta o deslinde do Mandado de Segurança TJDF nº 2011.00.2.020835-5; b) em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa, notifique previamente o servidor para apresentar as razões de defesa que julgar pertinentes, no mesmo prazo fixado no caput desta alínea, ante a possibilidade deste Tribunal de Contas considerar ilegal a sua admissão; V – dar ciência desta decisão à servidora VANIUCHKA MELLO MARIBONDO VINAGRE e à Governadoria do Distrito Federal, bem como à própria Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF; VI – determinar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE/TCDF, para adoção das providências subsequentes. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 152, I, do RI/TCDF.” (sem grifos no original)*

3. Em atendimento à decisão suso transcrita, a **Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF** carrou ao processo **sub examine** os **Ofícios nºs 961/2020 – PCDF/DGPC/ASS e anexos** (peças 256 – 276) e **230/2021 – PCDF/DGPC/ASS e anexos** (peças 277 – 280), de 05.04.21, especialmente o anexo **Ofício nº 011439/2021 – GEAD/UEG/GAB** (peça 278), de 27.03.21, da **Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

I. DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA PCDF E PELA PGDF

4. No que há de mais indispensável à correta compreensão do feito, na presente fase processual, impende ressaltar que a **Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF**, por meio do **Ofício nº 230/2021 – PCDF/DGPC/ASS** (peça 277), de 05.04.21, e seus anexos (peças 278-280), informou, em suma, que **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR** impetrou o **Mandado de Segurança TJDF nº 0719171-32.2020.8.07.0000-PJ-e** (frise-se, de caráter preventivo) visando impedir a cassação de sua aposentadoria, tendo logrado êxito, não somente em sede de liminar, mas também no Acórdão nº 1.314.523 prolatado no bojo processo retro, precisamente em 09.02.21, pelo Colendo Conselho Especial do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF.

5. Por outro lado, a **d. Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF**, por intermédio do **Ofício nº 011439/2021 – GEAD/UEG/GAB** (peça 278), de 27.03.21, ratificou as informações acima fornecidas pela **Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF**, carreando aos autos a decisão judicial mencionada no precedente parágrafo ora assim ementada:

"DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. CONCURSO PÚBLICO. POSSE EM RAZÃO DE TUTELA PROVISÓRIA. REVOGAÇÃO. DETERMINAÇÃO DE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR. APOSENTADORIA. CASSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SEGURANÇA CONCEDIDA.

1. *Há justo receito a amparar o mandado de segurança preventivo, pois embora não praticado o suposto ato ilegal, a Procuradoria do Distrito Federal notificou o Governo do Distrito Federal acerca do trânsito em julgado da decisão que impedia a exoneração do autor e recomendou a cassação da sua aposentadoria.*

2. *A tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 608.482, julgado em regime de repercussão geral, a respeito da inaplicabilidade da teoria do fato consumado para a manutenção em cargo público em razão da revogação de tutela provisória, não se aplica à hipótese de cassação de aposentadoria.*

3. *Não é dado ao julgador impor ao agente público que tenha exercido o seu cargo por mais de 20 (vinte) anos por força de decisão precária, a cassação da sua aposentadoria como consequência da revogação da tutela provisória, conferindo interpretação ampliativa à norma.*

4. *Segurança concedida. Agravo Interno prejudicado.*" (grifos no original e acrescidos)

6. De mais a mais, constata-se que os órgãos jurisdicionados envolvidos não trouxeram novas informações quanto ao **Mandado de Segurança TJDF nº 2011.00.2.020841-6**, impetrado pela servidora aposentada **ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES**, admitida **sub judice** no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, decorrente do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.98.

II. ANÁLISE DE DILIGÊNCIA e CONCLUSÃO

7. **Ab initio** e nos exatos termos da instrução anterior deste corpo técnico (peça 241), de 28.09.20, cabe reiterar que **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR** fora admitido no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, em decorrência do Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.98, e observa-se que, de fato, este não logrou êxito no Mandado de Segurança TJDF nº 2011.00.2.020835-5 (reprovação no exame psicotécnico e inaplicabilidade da teoria do fato consumado) impetrado perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, bem como no RMS nº 39.644-DF, interposto perante o Colendo Superior Tribunal de Justiça – STJ, e RE STF nº 1.050.340-DF, que teve negado o seu seguimento pelo Excelso Supremo Tribunal Federal – STF, tendo o feito judicial, portanto, transitado em julgado em **08.03.18**.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL****TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**

8. Entretanto, com o advento do **Mandado de Segurança Preventivo TJDFT nº 0719171-32.2020.8.07.0000-PJ-e**, impetrado por **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR** contra a cassação de sua aposentadoria (Ato SIRAC nº 030651-5), e considerando o teor do v. Acórdão nº 1.314.523 proferido no bojo processo supra, precisamente em 09.02.21, pelo Colendo Conselho Especial do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT (registre-se, favorável ao nominado servidor), no momento, não há providências específicas a serem adotadas. Assim, em nosso ver, perde o objeto a análise da admissão em comento, sem prejuízo de que a cassação da aposentadoria seja examinada no respectivo Ato SIRAC.

9. Por derradeiro, no que tange à servidora aposentada **ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES**, constata-se novamente que o Mandado de Segurança nº 2011.00.2.020841-6, impetrado originalmente pela servidora perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT, ainda tramita, ressalte-se, em grau de recurso, perante o Colendo Superior Tribunal de Justiça – STJ, consoante RMS nº 41.199-DF, sendo que, mesmo não tendo havido o trânsito em julgado da ação judicial em comento, em consulta ao DODF nº 8, de 09.01.15, verifica-se a publicação do ato de concessão de aposentadoria da referida servidora (Ato SIRAC nº 014206-4), o que impõe o acompanhamento da aludida demanda pelos órgãos jurisdicionados envolvidos, no mesmo sentido das instruções anteriores desta unidade técnica (peças 200 e 241), datadas, respectivamente, de 01.10.19 e de 28.09.20.

10. Ante o exposto e sem maiores delongas, sugere-se ao e. Plenário:

I. tomar conhecimento:

(a) dos Ofícios nºs 961/2020 – PCDF/DGPC/ASS e anexos (peças 256 – 276) e 230/2021 – PCDF/DGPC/ASS e anexos (peças 277 – 280), notadamente do anexo Ofício nº 011439/2021 – GEAD/UEG/GAB (peça 278 – PGDF), sendo este último da Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF;

(b) do teor do v. Acórdão nº 1.314.523 proferido pelo Colendo Conselho Especial do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT, no bojo do novel Mandado de Segurança nº 0719171-32.2020.8.07.0000-PJ-e, impetrado por **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR** contra a cassação de sua aposentadoria, com decisão judicial, até o presente momento, a ele favorável;

II. deliberar pela perda de objeto da análise da admissão de **ELIEL FLORES RORIZ JÚNIOR**, no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia), da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, em decorrência do Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.98, tendo em conta a impetração do Mandado de Segurança nº 0719171-32.2020.8.07.0000-PJ-e, acima comentado, sem prejuízo de que a cassação da aposentadoria seja examinada no respectivo Ato SIRAC;

III. determinar à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF que mantenham, conjuntamente, o devido acompanhamento do Mandado de Segurança TJDFT nº 2011.00.2.020841-6, impetrado pela servidora **ROSEANE DE OLIVEIRA MORAES**, servidora ora aposentada admitida **sub judice** no cargo de Agente Penitenciário (atual Agente Policial de Custódia) da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, em decorrência do concurso público regulado pelo Edital Normativo nº 1/98-PC-AGP/CESPE, publicado no DODF de 23.09.98, até o respectivo trânsito em julgado da lide retro, oportunidade em que a PGDF deverá orientar a PCDF de como deve esta última deverá proceder, por ocasião do desfecho da demanda judicial supracitada, sem prejuízo do encaminhamento, por igual, a este Tribunal das conclusões pertinentes, para fins de apreciação da legalidade dessa admissão;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
TERCEIRA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

- IV. dar ciência da decisão que vier a ser proferida por este Tribunal à Governadoria do Distrito Federal, bem como à própria Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF; e
- V. determinar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE/TCDF, para fins de acompanhamento.

À consideração superior.

Brasília, 16 de abril de 2021.

ANDRÉ MAGALHÃES PEREIRA
Auditor de Controle Externo
Matrícula nº 1.544-9
Assinado Eletronicamente